

A aposta eleitoral na continuidade

11 de setembro de 2010

Salvo o imponderável, a coalizão governista caminha para eleger o sucessor, ou mais precisamente, a sucessora do Presidente Lula ainda no primeiro turno das eleições presidenciais no próximo dia 3 de outubro. Em vista deste cenário muito provável, cabe começar a indagar sobre a provável trajetória da economia nos próximos quatro anos.

Um ponto de partida interessante para esta investigação é o forte apelo de continuidade em relação ao governo Lula (com alguns aperfeiçoamentos) que caracteriza a plataforma da candidata Dilma Rousseff. No calor da campanha eleitoral, isto tem sido vendido com sucesso como sendo o prolongamento de um momento econômico excepcional na história brasileira.

Cabe notar que, se a avanço real do PIB neste ano for superior a 7%, a expansão média real no período 2003-10 será de 4% a.a.. Este desempenho só é significativamente superior aos piores decêndios da história econômica brasileira, os anos 1980 e 1990 (gráfico 1), que se caracterizaram pela explosão inflacionária e por várias outras seqüelas características de grave instabilidade macroeconômica. Em uma perspectiva de mais longo prazo, constata-se que a média, moda e mediana do crescimento do país se situaram em torno de 5% a.a. Não há, portanto, nada de excepcional no atual momento do país.

O desempenho brasileiro recente fica ainda mais modesto quando cotejado com o de outras nações emergentes. Entre os anos 2002 e 2010 este conjunto de países logrou aumentar sua participação no PIB mundial em 23% por conta do seu diferencial positivo de crescimento (gráfico 2). Corrigida por paridade do poder de compra para eliminar distorções causadas por oscilações das taxas de câmbio, sua parcela terá subido de 38.2% para 47% do total, segundo as estimativas do FMI. Dentro deste grupo, porém, há grandes discrepâncias. Os destaques de expansão são China e Índia, que aumentaram seu peso na economia global em 65% e 40%, respectivamente. O Brasil se situa em degrau muito inferior, tendo na verdade assistido à estagnação do seu quinhão. Até mesmo Argentina e Venezuela, com suas políticas econômicas esdrúxulas, tiveram evolução menos medíocre.

A explicação para a notável sensação de bem-estar dos brasileiros e sua opção pela continuidade reside alhures. O sucesso eleitoral da administração Lula decorre basicamente da criação das condições necessárias para um prolongado ciclo de expansão do consumo no país, em especial nas camadas mais pobres da população. Este fenômeno se apóia em três pilares principais: aumento da segurança de renda, grande expansão do crédito disponível e forte incremento do dispêndio com programas sociais.

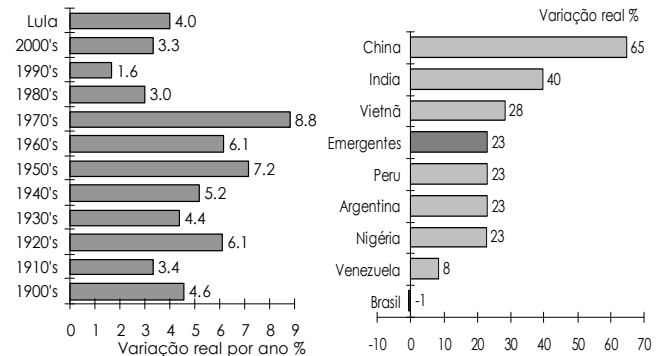
O gráfico 3 demonstra que a melhora do mercado de trabalho nos anos recentes não resulta de incremento recorde do rendimento real. Na verdade este só recentemente ultrapassou o patamar registrado em 2002. O progresso mais sensível ocorreu na geração de postos formais que, mesmo estando associados a níveis relativamente modestos de rendimento, implicaram sensível aumento da segurança de renda. De fato, os novos assalariados com carteira conseguem estruturar de forma mais efetiva seus planos de consumo, inclusive porque passam a ter acesso mais amplo a instrumentos de crédito.

O gráfico 4 permite visualizar o aumento da disponibilidade de crédito: como proporção do PIB a elevação foi de 26% para 45% nos últimos oito anos. A isto se deve somar a queda dos juros cobrados e a extensão dos prazos de financiamento para se dimensionar o impacto total no dispêndio de consumo da sociedade. A última perna do tripé são os gastos orçamentários com programas sociais. Estes desembolsos mais que dobraram no período, com destaque para iniciativas como o Bolsa-

Família, que se mostraram extremamente eficientes para mitigar a pobreza extrema na base da sociedade.

A aposta na continuidade tem grande apelo eleitoral e por isto deve se mostrar bem sucedida. Cabe indagar, entretanto, se ela tem sustentação do ponto de vista macroeconômico. A resposta preliminar a esta questão é sim, mas com uma importante qualificação. O ponto crucial a ser ressaltado é que a vigorosa expansão do consumo agregado não impulsionou nem o investimento nem a produção doméstica na mesma proporção, em que pesem os vários mecanismos de incentivo oferecidos pelo governo, como por exemplo o brutal aumento das operações de crédito subsidiado para empresas patrocinadas pelo BNDES. Como resultado, o vazamento de renda para o resto do mundo, e portanto o desequilíbrio de contas correntes do balanço de pagamentos, vem aumentando notavelmente. De fato, este déficit foi de apenas US\$7.6 bilhões em 2002, mas deve saltar para cerca de US\$50 bilhões neste ano e para perto de US\$60 bilhões em 2011, segundo a mediana das expectativas capturada pelo mais recente boletim Focus do Banco Central. A história econômica brasileira sugere que este descompasso tende a ser corrigido por meio de algum choque externo adverso, que reduz bruscamente o influxo de capitais e precipita desvalorização cambial, a qual por sua vez reduz o nível de renda doméstico e promove o equilíbrio interno entre oferta e demanda.

Gráficos 1 e 2: Crescimento médio real do PIB por decêndios no Brasil* e Variação na participação no PIB mundial 2002-10**

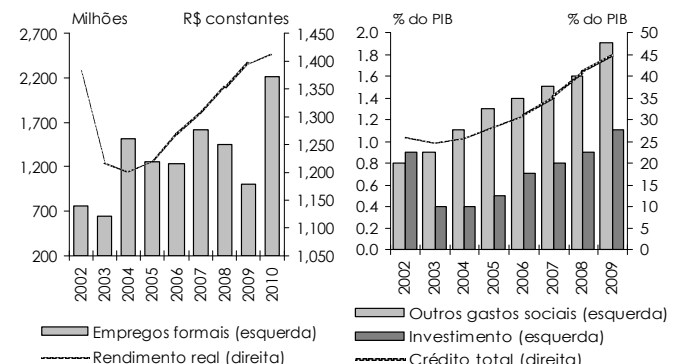


Obs(*): assume crescimento real do PIB de 7.3% em 2010, em linha com o mais recente relatório Focus do Banco Central.

Obs(**): ajustado por paridade de poder de compra (PPP) e consoante estimativa do FMI.

Fonte: IBGE, FMI (World Economic Outlook) e Pátria Investimentos.

Gráficos 3 e 4: Criação de empregos formais x rendimento médio real* e Gastos orçamentários selecionados x crédito total



Obs(*): critério de renda habitual percebida.

Obs(**): o ano de 2010 são 12 meses acumulados até julho.

Fonte: IBGE, Banco Central, Ministério do Trabalho e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.